



PARECER JURÍDICO 003/2020.
PROCESSO Nº 85/2020.
SOLICITAÇÃO 1468/2020.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020
INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ementa:

I. Direito Administrativo. Dispensa de licitação. Aquisição. Valor estimado em R\$ 16.320,00. Licitações e Contratos. Verificação dos Requisitos da Lei nº 8.666/93.

II. Contratação de serviços de engenharia para projeto e sondagem geotécnica no estádio e pavimentação, conforme Termo de Referência encartado. Modalidade dispensa de licitação.

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta relativa à possibilidade de dispensa de licitação, com vistas à contratação de serviços técnicos do tipo SPT para a confecção de projeto da arquibancada no estádio Dianary Ribeiro, e sondagem geotécnica para a confecção de projetos de pavimentação do bairro Novo Horizonte.

Consta no presente processo licitatório a justificativa, solicitação da autoridade competente, termo de referência, propostas de preço, autorização da abertura do processo licitatório pela autoridade competente, modelos correlatos, Indicação dos recursos necessários para fazer face às despesas da contratação.

Este é, em síntese, o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que toda e qualquer contratação a ser procedida pela Administração Pública, em regra, necessita de um procedimento formalizado prévio, através do qual sejam demonstrados os requisitos ensejadores da dispensa ou inexigibilidade de licitação, dependendo de cada caso.



Um certame licitatório só se mostra vantajoso quando existe no mercado uma pluralidade de fornecedores do ramo do objeto, na medida em que somente em face dessa pluralidade é que se viabiliza a competição do certame.

Além disso, Renato Geraldo Mendes e Egon Bockmann Moreira destacam que:

O valor mais significativo para a contratação pública não é necessariamente garantir tratamento isonômico – neste caso, por meio de certame licitatório – mas assegurar a plena satisfação da necessidade, da qual decorre a ideia de eficiência contratual, capaz, inclusive, de afastar o tratamento isonômico mesmo nos casos em que a competição é viável e de impor condições restritivas à eventual participação. O princípio da eficiência norteará as decisões que serão praticadas pelos agentes por ocasião do planejamento da contratação, bem como da seleção das propostas e da execução do contrato. A ideia de eficiência condiciona a de isonomia e traduz a própria dimensão da legalidade. A legalidade não está em licitar sempre, mas apenas quando a licitação possa assegurar maior eficiência. Em muitos casos, a única forma de assegurar uma contratação eficiente e econômica, ou seja, a melhora relação benefício-custo é não realizar licitação, pois, do contrário, tanto a eficiência quanto a plena satisfação da necessidade podem ser comprometidas, portanto, não é adequado dizer que a licitação é o antecedente lógico e necessário para assegurar à Administração Pública o negócio mais vantajoso, conforme comumente lemos ou ouvimos. (Inexigibilidade de Licitação: Repensando a contratação pública e o dever de licitar. Curitiba: Zênite, 2016. 395 p.)

Tais mandamentos visam garantir a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, conforme inteligência do artigo 3º da Lei 8.666/93.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos





seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Frente às necessidades apresentadas na Justificativa para Contratação dos Serviços, resta, pois, evidente o interesse público na situação, existindo, portanto, justificativa plausível para a aquisição do objeto em questão.

A presente dispensa de Licitação, com a contratação direta, tem previsão legal no art. 24, inciso I da Lei n.º 8.666/93, que a propósito abaixo reproduzimos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

A previsão da alínea "a", do inciso I, do artigo anterior, que é o art. 23 da Lei 8666/1993, é a seguinte:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, lendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Ao presente caso, tal modalidade de Dispensa se justificará com base na Medida Provisória nº 961, de 06 de maio de 2020, mais especificamente no Art. 1º, I, vejamos:

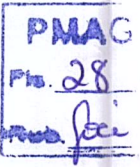
Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:

a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

No caso vertente, pressupõe-se correta a opção pela dispensa de licitação, uma vez que presentes os requisitos impostos pela legislação que rege a matéria.

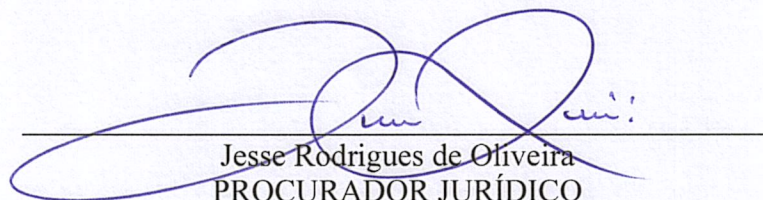
Assim, constatada a possibilidade de licitação na modalidade Dispensa de Licitação, orientamos para que seja seguida a estrita legalidade, aplicando-se os ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações e Contratos Públicos). Em especial no que tange ao princípio da Publicidade, com a necessária publicação na imprensa oficial, como forma de garantia de eficácia do ato administrativo praticado pelo agente público.

Por fim, antes de qualquer publicação, deverá o servidor se atentar para adequações caso necessárias, prosseguindo com o certame e referente a pesquisa de preços recomendamos que seja adotada a realização da “cesta de preços aceitáveis” conforme disciplinado na Resolução de Consulta nº 20/2016 - TP do TCE/MT, cabendo o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência (orçamentista) informar se houve ou não o seu uso, e quando não, apresentar justificativa plausível.

Dessa forma, desde que cumprida os requisitos acima, opino pela regularidade do procedimento adotado pela Comissão Permanente de Licitação, encontrando-se aptas a serem executadas.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças, 24 de junho de 2020


Jesse Rodrigues de Oliveira
PROCURADOR JURÍDICO